

## 5.1. Objectivo do Estudo

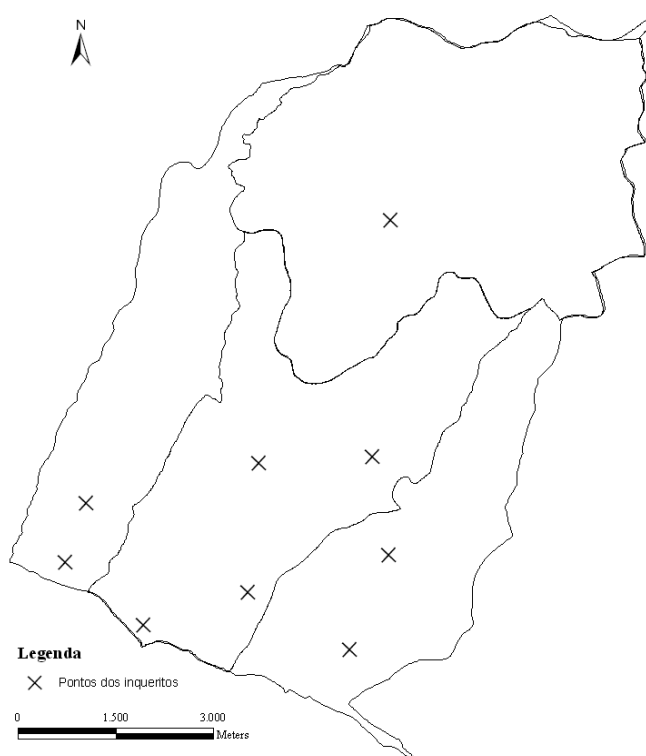
A fim de recolher elementos que permitam fazer uma análise da consciencialização dos riscos a que o concelho está exposto, recorrer-se-á à aplicação do método de Inquérito por questionário à população residente. Sendo os elementos recolhidos, objecto de tratamento estatístico, no intuito de analisar a percepção da população relativamente aos riscos a que está exposta, particularmente os riscos de cheias/inundações e de movimentos de vertente. Portanto, riscos que a podem afectar e que, por isso a preocupam.

Pretende-se analisar o nível de confiança que a população tem nas instituições/entidades públicas de apoio a catástrofes para o desempenho das missões de auxílio adequada, se têm conhecimento ou se manifestam interesse em conhecer Planos de Emergência e se demonstram saber ou reconhecer a importância destes planos.

Um outro aspecto a analisar é o grau de segurança que a população sente em relação ao sítio onde habita, trabalha ou se considera que existem no concelho áreas de risco e se sabe identificá-las.

Interessa também conhecer como reage a população do concelho perante a iminência de um acontecimento potencialmente perigoso.

## 5.2. Instrumentos/metodologia do Inquérito



Foi elaborado um inquérito no intuito de avaliar a consciencialização da população relativamente ao risco. Após a sua aplicação no terreno e depois de identificadas algumas fragilidades, procedeu-se à sua correcção, tendo-se passado, de seguida à sua aplicação à população residente nos vários sítios do concelho, de modo a recolher a informação a que nos propusémos.

A aplicação no terreno foi realizada por um grupo de entrevistadores que, após um *briffing*, procederam à

**Figura 46** - Localização dos pontos de recolha/aplicação dos inquéritos

recolha dos dados por inquérito em vários pontos do concelho.

A escolha destes pontos prende-se com o facto de serem pontos centrais e, por isso, áreas nas quais se podiam abordar indivíduos de vários pontos do concelho, de várias idades, escolaridade, enfim, de estados sócio - económicos diversificados. Foram, portanto, locais que facilitaram a recolha de informação de vários sítios do concelho, permitindo uma recolha de informação mais abrangente.

A população alvo foi a população de ambos os sexos, residente no concelho com 15 ou mais anos.

Uma vez nos locais predefinidos, procedeu-se à abordagem de indivíduos que residiam no concelho, aos quais se aplicou o inquérito por questionário.

### 5.3. Tratamento dos Dados dos Inquéritos e Respectiva Análise

Foram inquiridos 300 indivíduos, sendo 45,7% (n=137) do sexo masculino e 54,3% (n=163) do sexo feminino. 27,33% (n=82) indivíduos eram da freguesia do Campanário, 48,33% (n=145) da freguesia da Ribeira Brava, 11,33% (n=34) da Tabua e 13% (n=39) da Serra de Água (gráfico 6).

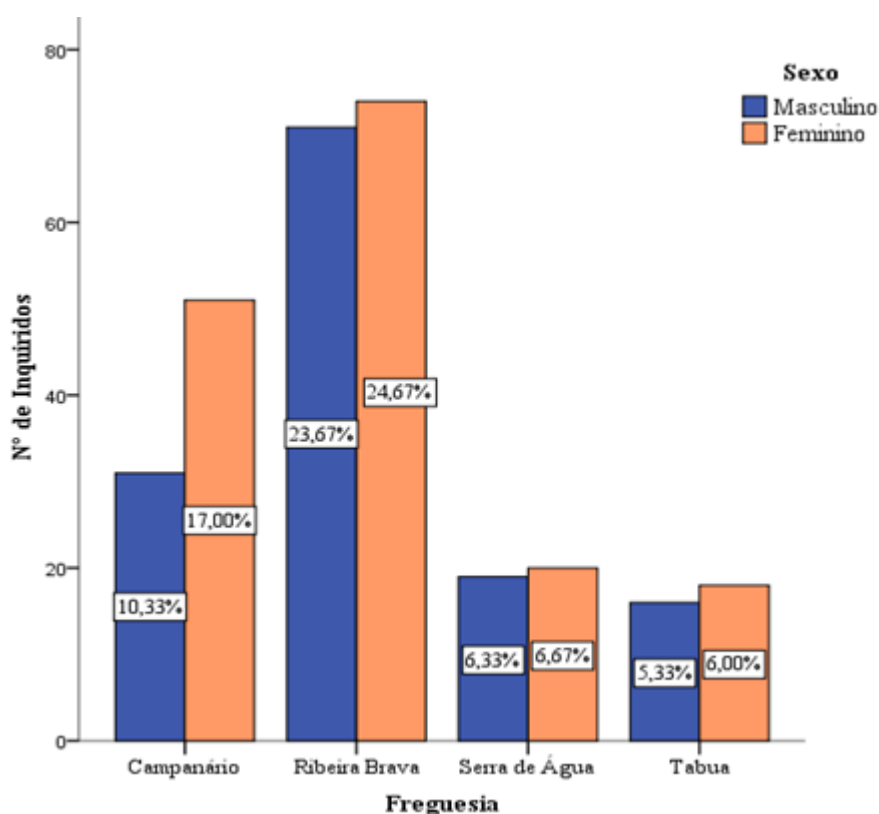
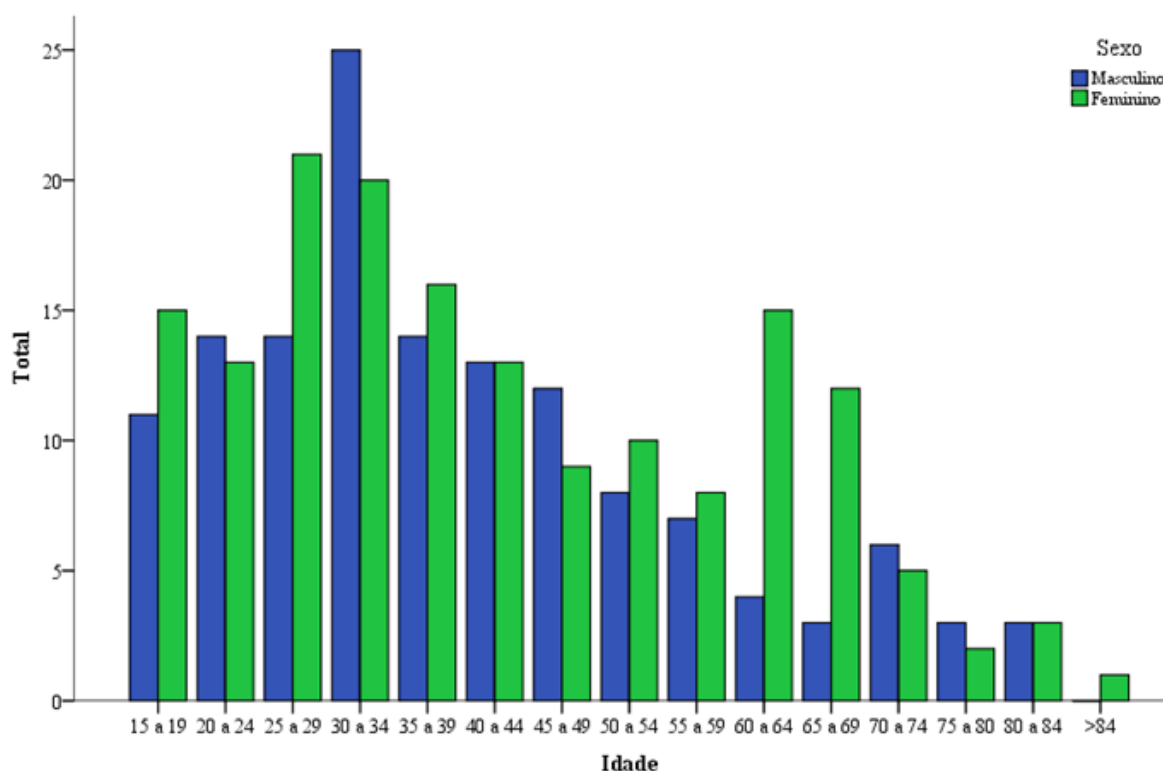


Gráfico 6 – Total da população inquirida por freguesia segundo o sexo

Na freguesia da Ribeira Brava foram inquiridos 74 e 71 indivíduos do sexo feminino e masculino, respectivamente e na freguesia do Campanário 51 indivíduos do sexo feminino e 31 do masculino. Nas freguesias da Tabua e Serra de Água foram inquiridos, na primeira, 16 do sexo masculino e 18 do feminino, na segunda, 19 do masculino e 20 do feminino.

Foram inquiridos indivíduos de todos os escalões etários, sendo o escalão dos 30 a 34 anos aquele que registou maior número de inquiridos. Por sua vez, os escalões que registaram menos inquiridos foram os dos 75 a 80, 80 a 84 e maiores que 84, todos com valores inferiores a 10 inquiridos cada (gráfico 7).



**Gráfico 7** – População inquirida segundo o escalão etário e o sexo

Na sua maioria, os inquiridos são naturais das freguesias onde os inquéritos foram realizados, sendo 20,3% (n=61) na freguesia do Campanário, 38,7% (n=116) na Ribeira Brava, 8% (n=24) na freguesia da Tabua e 6,3% (n=19) na Serra de Água. Verificam-se alguns inquiridos naturais de outros locais da Ilha da Madeira, que acabaram por fixar residência no Concelho, e alguns naturais de outros países. Estes últimos são na sua maioria descendentes de outros madeirenses que no passado emigraram para o exterior. Vemos claramente a relação das naturalidades destes com os destinos que seus familiares terão procurado no passado (Anexo I - D).

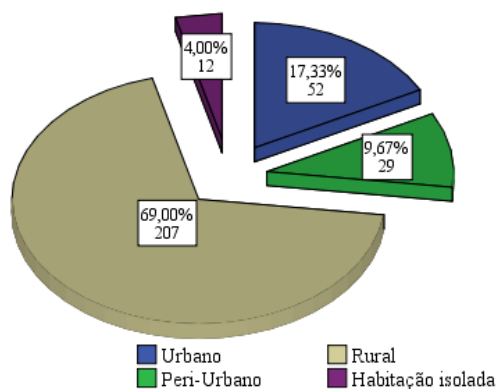
Com naturalidade venezuelana, residem no concelho 18 indivíduos, sendo que 2% (n=6) destes, residem no Campanário, 3% (n=9) na Ribeira Brava e 1% (n=3) na Serra de

Água. De naturalidade francesa temos 0,3% (n=1) e 0,7% (n=2) indivíduos a residir na freguesia do Campanário e na Ribeira Brava, respectivamente. Com naturalidade da África do Sul, temos 0,3% (n=1) dos inquiridos na Serra de Água e na Ribeira Brava. De outros países estrangeiros temos somente mais 0,3% (n=1) dos inquiridos com naturalidade do Curaçau.

Como podemos constatar, são os destinos pelos quais outrora os nossos conterrâneos se aventuraram.

Como já referido, também existem alguns inquiridos que residem no concelho e que são provenientes de vários concelhos da Região, contudo, verificamos que a maior mobilidade se verifica entre as freguesias do concelho e do concelho do Funchal para a Ribeira Brava (Anexo I - D). Destes últimos residem 2% (n=6) na Ribeira Brava, 1,3% (n=4) na Serra de Água e 0,3 (n=1) na Tabua.

A maior parte da população inquirida assume residir em ambiente rural, 69% (n=207);



17,3% (n=52) reside em espaço urbano, e os restantes 9,67% (n=29) e 4% (n=12) corresponde a indivíduos que assumem residir em ambiente peri-urbano e em habitação isolada, respectivamente (gráfico 8).

**Gráfico 8** – População inquirida segundo o ambiente em que reside

Este número elevado de indivíduos que refere residir em ambiente rural, decorre essencialmente do facto de, na ilha, a percepção da população de área urbana ser atribuída ao Funchal. Há ainda, quem considere que os concelhos fora do Funchal são o “Campo” e por isso, quem reside fora do Funchal,

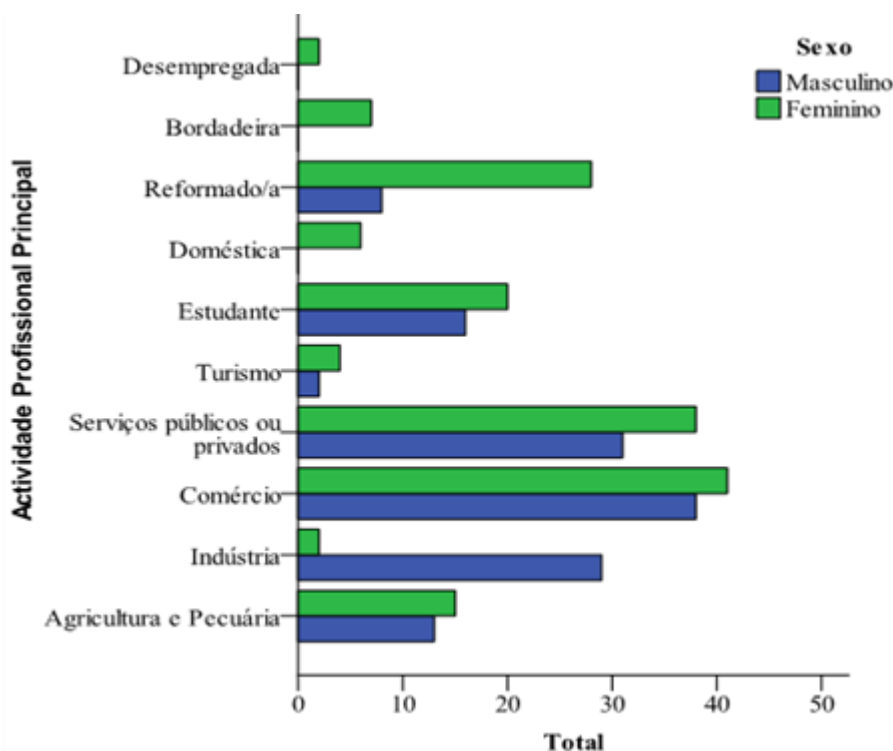
também pensa que não pertence a áreas urbanas, atendendo a que reside fora da capital madeirense. Alguns inquiridos demonstram, deste modo, o desconhecimento das nomenclaturas e mesmo das condições que servem a sua área de residência.

É no comércio e nos serviços públicos e privados, que a maioria da população inquirida se emprega, 26,3% (n=79) e 23% (n=69) inquiridos, respectivamente. Em ambas as actividades são as mulheres que estão em maior número, apesar desta diferença entre sexos ser mais notória nos serviços público e privados do que no comércio.

A estes seguem-se a indústria, 10,3% (n=31), a agricultura e pecuária, 9,3% (n=28), tendo último ainda grande representatividade no concelho da Ribeira Brava. No turismo estão empregados menos de 10 indivíduos.

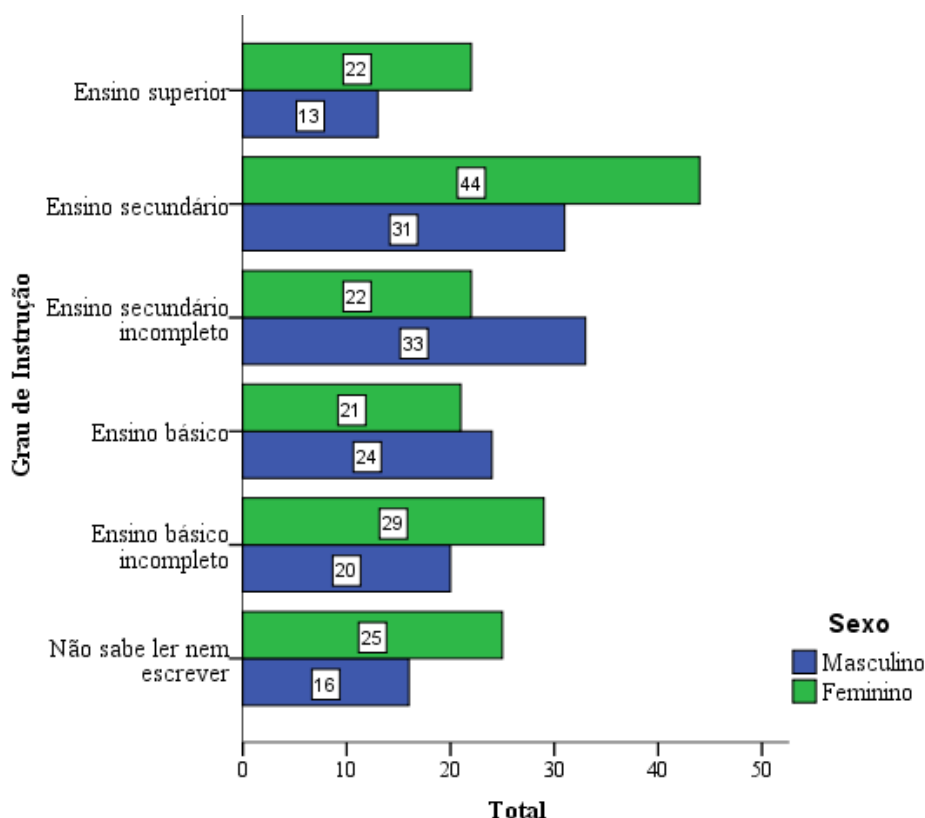
O número de estudantes e de reformados inquiridos é de 36, o que também neste contexto é bastante representativo.

A profissão de bordadeira, que se encontra em franca decadência, apresenta 7 indivíduos, no contexto do universo estatístico que ainda desempenha esta actividade. A doméstica, enquanto dona de casa, também é percentagem muito reduzida tendo somente 6 inquiridos. Desempregados, foram somente 2 os indivíduos inquiridos; verificamos também que são novamente as mulheres que aparecem em maior número (gráfico 9).



**Gráfico 9** – Total de inquiridos segundo a actividade que desempenham e o sexo

No que ao grau de instrução diz respeito, foram inquiridos indivíduos de vários graus de instrução inclusivamente indivíduos que não sabem ler, nem escrever. Deste modo e se atentarmos sobre o gráfico 10, verificamos que é significativo o número de indivíduos que não sabem ler, nem escrever, 13,7% (n=41), que possuem o ensino básico incompleto, 16,3% (n=49), e ensino básico completo, 15% (n=45). Da população inquirida, verificamos que uma percentagem razoável já possui o ensino secundário completo, 25% (n=75) o que apresenta níveis mais baixos é o ensino superior, 11,7% (n=35), o que deixa antever que são muitos aqueles que abandonam a escola após a conclusão do secundário.



**Gráfico 10** – Total de inquiridos segundo o sexo e o grau de instrução.

No que concerne aos hábitos de ver televisão e ouvir rádio, 4,7% (n=14) dos indivíduos admite não ver televisão, os restantes 95,3% (n=286) de indivíduos admite que vê televisão; destes, 40,3% (n=121) admite ver entre 1h a 2h por dia, 23% (n=69) assume que vê entre 2h a 3h, 12,3% (n=37) vê 3h a 4h, 16,3% (n=49) de indivíduos inquiridos, assume ver menos de uma hora por dia e somente 10 indivíduos admitem ver mais de 4h.

Já no que ao rádio diz respeito, vemos que a população inquirida, ouve mais rádio do que televisão, isto quando atendemos ao número de horas diárias que cada indivíduo afirma que ouve rádio, efectivamente ouve (tabela VI).

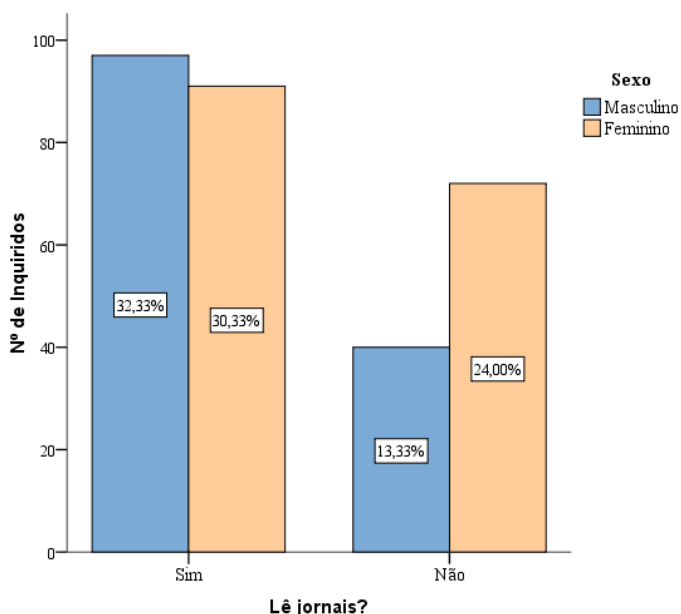
Apesar de 12,7% (n=38) assumir que não ouve rádio, o total de horas que os que assumem ouvir, ouvem, supera as horas dos que não vêm televisão. Pois e atendendo à tabela VII, verificamos que 18,7% (n=56) dos indivíduos inquiridos ouve rádio mais de 4 horas, 27,3% (n=82) ouve menos de 1 hora, 21,7% (n=65) ouve entre 1 a 2 horas e, finalmente, 14% (n=42, ouve entre 2 a 3 horas.

		Frequência (nº)	Porcentagem m (%)
Ouve Rádio	Sim	262	87,3
	Não	38	12,7
	Total	300	100,0
Quanto tempo ouve rádio por dia?	<1h	82	27,3
	1h a 2h	65	21,7
	2h a 3h	42	14,0
	3h a 4h	17	5,7
	>4h	56	18,7

		Frequência (nº)	Porcentagem m (%)
Vê TV	Sim	286	95,3
	Não	14	4,7
	Total	300	100,0
Quantas horas vê tv por dia?	<1h	49	16,3
	1h a 2h	121	40,3
	2h a 3h	69	23,0
	3h a 4h	37	12,3
	>4h	10	3,3

Da população inquirida, 62,67% (n=188) dos indivíduos afirma que lê jornais e 37,3% (n=112) afirma que não lê (gráfico 11). Sendo que são do sexo masculino aqueles que mais lêem.

No que concerne aos jornais que a população inquirida lê, são essencialmente os Jornais Regionais (Anexo - O). Sendo o Diário de Notícias da Madeira (DNM) aquele que a

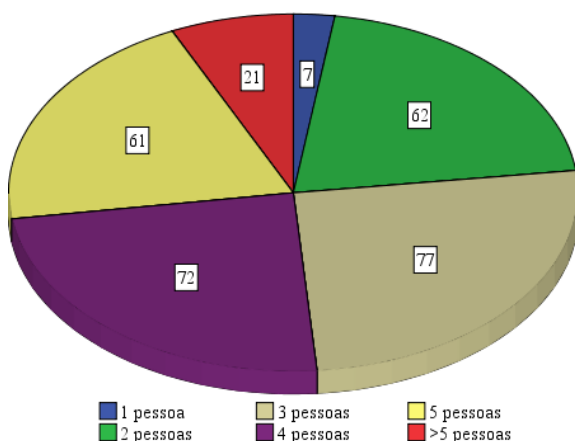


**Gráfico 11** – Total de indivíduos que lêem jornais segundo o sexo

população mais dedica tempo na leitura (50% n=150), a este, segue-se o Jornal de Notícias da Madeira com 21,67% (n=65), o Diário de Cidade com 2% (n=6). Estes dois últimos são jornais gratuitos. A Bola e o Público representam somente 1,33% (n=4) cada, das leituras dos inquiridos. Com representatividade muito baixa (0,33% n=1) temos o Jornal de Notícias (Nacional), o Tribuna e o Notícias da Madeira.

Dos inquiridos que lêem jornais (62% n=186), a maioria assume demorar na sua leitura entre 15mn e 30mn (23,3% n=70). Seguidamente 16,3% (n=49) assume demorar entre 30mn a 45mn e 16% (n=48) assume demora menos de 15mn. Os que demoram mais tempo entre 45mn e 60mn e mais de 60mn, representam somente, 1,3% (n=4) e 4% (n=12), respectivamente Há ainda 1% (n=3) que não sabe ou não quis responder (Anexo I - P).

Verificamos, portanto, que somente 62% da população inquirida está informada, chegando até si uma informação diversa que obtém nos diários; em contrapartida, 38% não

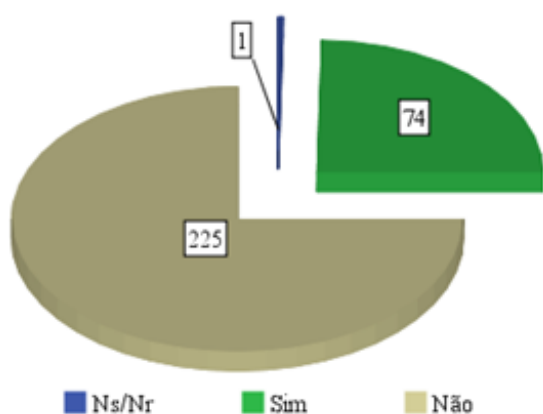


tem acesso a essa informação, por não saber ler ou, simplesmente, por não se interessar. No entanto, sabemos que uma população mal informada é uma população influenciável, pouco crítica e, portanto, mais vulnerável.

Da população inquirida, somente 2,33% (n=7) reside sozinha; em contrapartida, 7% (n=21) dos inquiridos afirma pertencer a

**Gráfico 12** – Dimensão do agregado familiar dos indivíduos inquiridos.

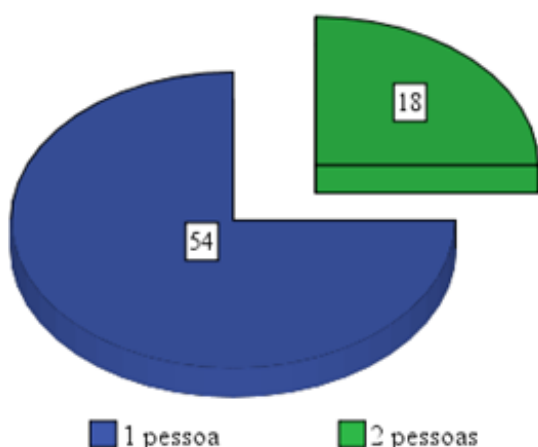
agregados com mais de cinco pessoas.



Em suma, os agregados do concelho são maioritariamente, compostos por 2 a 5 pessoas, sendo o de 3 pessoas aquele que mais se verifica, com 25,67% (n=77), ao qual se segue o de 4 pessoas 24% (n=72), seguidamente, temos os de 2 pessoas e os de 5 com 20,67% (n=62) e 20,33% (n=61), respectivamente (gráfico 12).

**Gráfico 13** – Reside alguém na habitação que necessita de ajuda para se deslocar em situação de emergência.

Do conjunto analisado, existem algumas famílias que precisam de ajuda em caso de emergência, ou seja, 24,7% (n=74) dos inquiridos, afirmam ter alguém na habitação que necessita de ajuda para sair de casa numa situação de emergência (gráfico 13).



**Gráfico 14** – Número de inquiridos segundo o número de pessoas a seu cargo e que necessitam de ajuda para se deslocar em situação de emergência.

Neste contexto e atendendo a estes 24,7% (n=74) de inquiridos, mostramos no gráfico 14 que 75% (n=54) de inquiridos dizem ter uma pessoa que necessita de ajuda e 25% (n=18) destes, afirmam ter duas pessoas na residência a necessitarem de ajuda nestas situações.

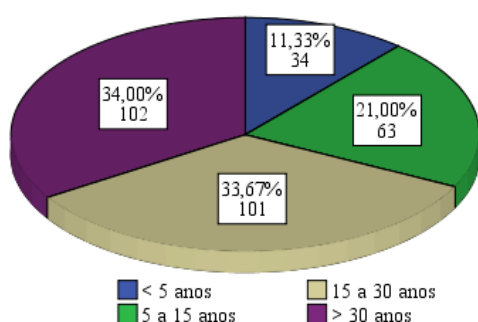


Em situações de emergência, estes agregados familiares e, particularmente, estes indivíduos apresentam-se como muito vulneráveis. Dai que, a inventariação das suas limitações e localização, pode ser determinante para um socorro atempado e adequado em situações de perigo eminente ou de crise.

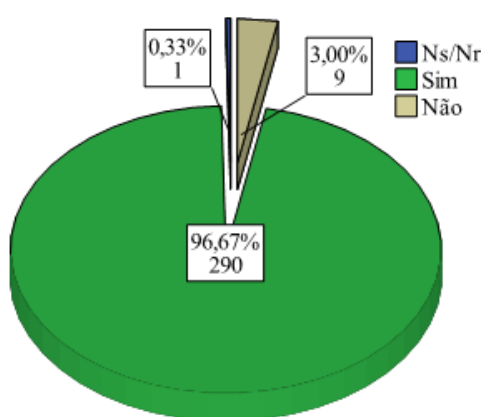
Verificamos pela análise da tabela que são os idosos aqueles que precisam de ajuda para se deslocarem, com 15,67% (n=47), e as crianças, com 4,33% (n=13). Indivíduos resultantes de incapacidades (deficiências motoras e visuais) temos 4,03% (n=12) indivíduos. As doenças crónicas também afectam 0,67% (n=2) dos indivíduos.

**Tabela VIII - Incapacidade/dificuldade das pessoas que necessitam de ajuda em caso de emergência.**

Qual a incapacidade/dificuldade?	Frequência ( n° )	Percentagem ( % )
Deficientes Motores	8	2,7
Deficientes Visuais	4	1,33
Doenças Crónicas	2	0,67
Idosos	47	15,67
Crianças	13	4,33
Total	74	24,7



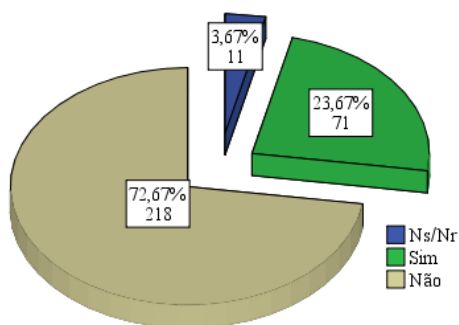
**Gráfico 15** – Total de inquiridos segundo os anos a que habitam na actual residência.



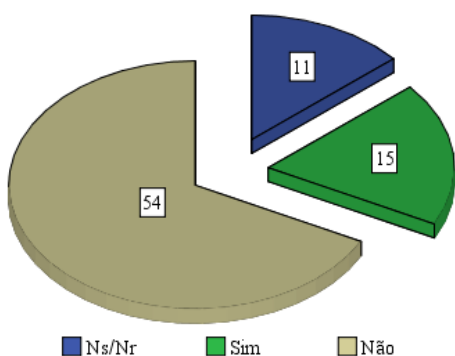
**Gráfico 16** – Total de inquiridos a “Gostar de viver no local de residência”.

Esta é uma população muito vulnerável em situações de crise, pois, a sua dificuldade de locomoção, limita a fuga e o socorro a estes indivíduos, obrigando as instituições de socorro (Protecção Civil) a destacarem efectivos para garantirem a sua segurança. Estes apresentam dificuldades quer durante a crise, quer no pós - crise, atendendo a que a sua autonomia para retomarem a normalidade, é dificultada pelas suas limitações físicas, ou pela sua condição como é o caso das crianças e dos idosos.

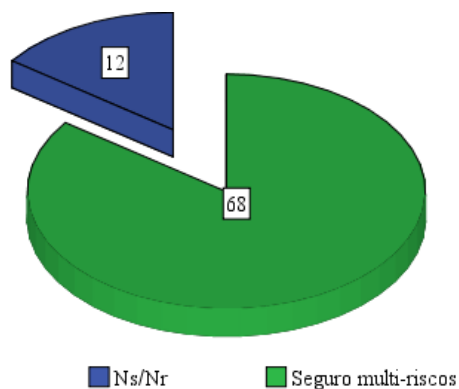
A maioria dos inquiridos já reside nas actuais habitações há mais de 15 anos representando 67,7% (n=203 indivíduos). Destes, 33,67% (n=101 indivíduos) e 34% (n=102 indivíduos) residem na habitação de 15 a 30 anos e mais de 30 anos, respectivamente. Somente 11,33% (n=34 indivíduos) residem na actual habitação a menos de 5 anos (gráfico 15).



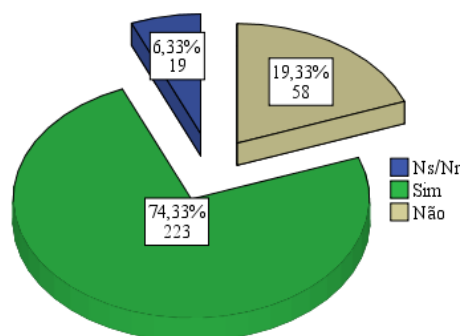
**Gráfico 17** – Total de inquiridos com ou sem seguro de habitação



**Gráfico 18** – Total de inquiridos segundo a iniciativa de realização do seguro



**Gráfico 19** – Total de inquiridos segundo o tipo de seguro que possuem



**Gráfico 20** – Total de inquiridos que consideram ou não haver perigos naturais de consequências catastróficas na ilha da Madeira.

De um modo geral, a população inquirida gosta do local onde habita, somente 3% (n=9 indivíduos), assume não gostar do local onde habita, e 0,3% (n=1 indivíduos), não sabe ou não respondeu a esta questão. Todos os restantes assumem gostar do local onde residem (gráfico 16).

Do universo dos inquiridos, 72,7% (n=218) assume que não possui qualquer seguro à sua habitação; 37% (n=11 indivíduos) desconhece ou não quis responder a esta questão. Somente 23,7% (n=71 indivíduos) admite ter seguro à habitação (gráfico 17).

Dos inquiridos que têm seguro de habitação, 5% (n=15), admite que só o fizeram porque a isso foram obrigados (gráfico 18), e o seguro que possuem, é o conhecido seguro de multi-riscos, 22,7% (n=68), que se prende essencialmente, com os créditos à habitação contraídos por estes inquiridos (gráfico 19).

No intuito de avaliar o conhecimento do risco dos inquiridos do concelho da Ribeira Brava, introduziu-se no inquérito aplicado, a um conjunto de questões que abordam a identificação de situações de risco na RAM e particularmente no concelho.

Dos 300 inquiridos, 223 (74,33%) assumem, existir na região riscos naturais, com consequências catastróficas, 58 (19,33%) admite que não existem estes riscos e 19 (6,33%) não sabem ou não quiseram responder a esta questão (gráfico 20).

Conhecer os riscos a que estamos expostos, faz-nos tomar precauções e identificar, por vezes, os momentos em que eles nos podem afectar.

Dos 74,33% que assumem que na Região Autónoma da Madeira, existem perigos naturais, cujas consequências podem ser catastróficas (Anexo I - AA),

8% (n=24) dos indivíduos não sabe ou não responde, 39% (n=117) dos indivíduos, assume que são as cheias rápidas (também conhecidas localmente como aluviões) e inundações aquelas cujas consequências são mais severas. Seguidamente, vêm a queda de blocos, 25,67% (n=77) dos indivíduos, e as derrocadas, 23,33% (n=70) dos indivíduos; acontecimentos semelhantes, têm causado mortes e danos no concelho, particularmente a queda de blocos, como veremos no capítulo seguinte.

Associado ainda aos movimentos de vertente, 14,33% (n=43) dos indivíduos refere que os deslizamentos têm consequências catastróficas.

Os incêndios também são referidos por 17,66% (n=53) dos indivíduos, os temporais por 12,33% (n=37) dos indivíduos e a forte ondulação por 7% (n=20) dos indivíduos. Esta última, que costuma banhar o litoral do concelho, particularmente a marginal da vila e o cais, provocando grandes danos, como veremos no próximo capítulo.

Dos inquiridos, 4,66% (n=14) refere as chuvas fortes, e 5,33% (n=16) refere os ventos fortes. A estes, seguem-se os sismos que foram referidos por 2,67% (n=8), as ribeiras, por 1,33% (n=4). Com apenas 0,67% cada, o que corresponde a 2 indivíduos, temos a referência a ciclones, furnas, poços, pragas de insectos portadores de doença, erupção vulcânica e tsunami.

Finalmente, e unicamente 0,33% (n=1) para cada, são referidas a queda de casas e as trovoadas.

Quando se referem aos riscos naturais que se manifestam com mais frequência na ilha da Madeira (Anexo I - BB), os inquiridos atribuem maior frequência às derrocadas, às cheias/inundações e à queda de blocos, cada um com 22% (n=66), 20,6% (n=62) e 20% (n=60), respectivamente. Os deslizamentos que neste trabalho estão em estudo foram referidos por 6,3% (n=19).

Os incêndios e os temporais, são também muito referidos, com 12,7% (n=38) e 10,4% (n=31), respectivamente. As fortes ondulações/marés vivas e os ventos fortes são somente referidos por 2,7% (n=8), e 0,3% (n=5), respectivamente. As trovoadas e os tsunamis são também referidos por 0,6% (n=2), as chuvas fortes e as ondas de calor com 0,3% (n=1). Há ainda a salientar que 7,3% não sabe ou não responde quando questionado sobre os riscos naturais que afectam a Região.

No que concerne às áreas mais perigosas da ilha, 10% (n=30) dos inquiridos não sabe ou não responde quando questionado e 9% (n=27) considera que toda a Ilha é perigosa (Anexo I - CC).

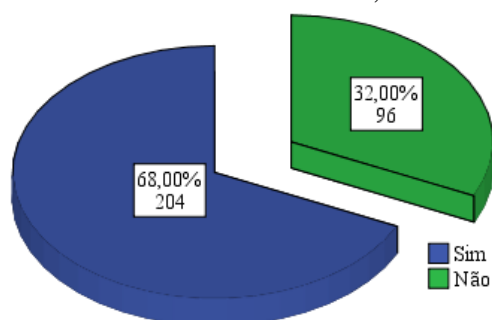
Dos restantes indivíduos, destaca-se claramente, a zona norte com 13,7% (n=41), 8% diz serem as serras ou as zonas altas as mais perigosas. A estas seguem-se os vales das

ribeiras, referido por 7% (n=21), a ribeira da Ribeira Brava com 7,3% (n=22); 6,3% (n=19) considera que as zonas costeiras são áreas de considerável perigo.

Outras áreas também foram identificadas pelos inquiridos como perigosas, como junto às ribeiras e ribeiros enumerados por 5,3% (n=16) dos indivíduos, igual percentagem considera que são as áreas mais baixas da ilha as mais perigosas. 4% (n=12) considera o Funchal uma área perigosa. A zona Oeste é igualmente considerada por 4,3% (n=13), o litoral e vales são enumerados por 2,3% (n=7). Seguidamente e todos com 1,3%, temos locais como, Encumeada (Ribeira Brava), Curral das Freiras, onde há estradas na base e no meio das encostas, zonas de florestação densa e São Vicente. Com 1% (n=3), temos a Calheta e a subida para o Paúl da Serra (Ribeira Brava). Com 0,7% (n=2), temos ribeira de Câmara de Lobos, Pico do Arieiro, Ponta do Sol e Marginal entre a Ribeira Brava e a Tabua. Com somente 0,33% (n=1), temos referência à Meia Serra, ribeiras do Funchal, interior da ilha, Rabaçal e zona dos portos.

Genericamente, verificamos que os inquiridos reconhecem as áreas de risco. Constatase também, que muitas delas coincidem com áreas nas quais, ao longo dos tempos, temos assistido a acontecimentos que têm provocado danos e vítimas. Como veremos no próximo capítulo, existe uma simetria entre as áreas nas quais se têm verificado acontecimentos catastróficos.

A maioria dos inquiridos, 68% (n=204), assume que no seu local de residência existem riscos naturais. Os restantes, assumem que no seu local de residência não existem quaisquer riscos (gráfico 21).



**Gráfico 21** – Total de inquiridos que consideram ou não existirem perigos naturais no local onde vivem.

riscos (gráfico 21).

Dos que assumem existir riscos no seu local de residência (Anexo I - EE), 43% (n=129) referem que são os ventos fortes, 38% (n=115) os deslizamentos de terras, as Cheias rápidas/inundações

37% (n=111), as Queda de blocos e as derrocadas 32% (n=96) e 31% (n=93) os incêndios, os riscos que mais se verificam no local onde residem.

Seguidamente, temos as ondas de calor com ventos de leste com 23,3% (n=70) (que como já vimos no enquadramento geográfico assolam a região), as trovoadas com 18,3% (n=55), as secas com 15,3% (n=46), as trombas de água 11,3% (n=34), as tempestades costeiras com vagas alterosas 7,7% (n=27), os sismos com 2,3% (n=7), os tsunamis 1,7% (n=5), os temporais (0,7%). Um indivíduo (0,3%) sente que o seu local de residência pode ser

afectado por explosões ou roubos, cuja origem se relaciona com uma bomba de gasolina que se localiza em frente à sua residência.

Há ainda 8,7% (n=26) de indivíduos, que considera que o seu local de residência pode ser afectado por pragas de gafanhotos e insectos.

Atendendo aos riscos que afectam o local de residência dos inquiridos, verificamos que estes maioritariamente concordam que hoje existem mais acontecimentos catastróficos 34% (n=103), que “hoje os acontecimentos catastróficos são mais violentos”, 34,7% (n=104), que “hoje os acontecimentos catastróficos provocam mais prejuízos”, 37,3% (n=112), que “hoje os acontecimentos provocam mais prejuízos e vítimas”, 44% (n=132), que “os acontecimentos catastróficos sempre provocaram prejuízos e vitimas” 45,7% (n=137). Há ainda 29,7% (n=89), que concordam que “hoje os acontecimentos são mais perigosos” (Anexo I - FF).

Denota-se claramente a noção de que os tempos evoluíram e aumentaram os riscos, que a perigosidade aumentou. Denota-se também a visão e o conhecimento do que é catastrófico, portanto que quando ocorrem acontecimentos desta natureza, os elevados prejuízos e o número de vítimas é elevado. Efectivamente, e fruto da intensa ocupação do espaço pelo homem, particularmente de espaços frágeis, como leitos de cheia e de inundação, há mais áreas onde o solo se encontra em movimento, assistimos por vezes a uma elevada exposição aos riscos.

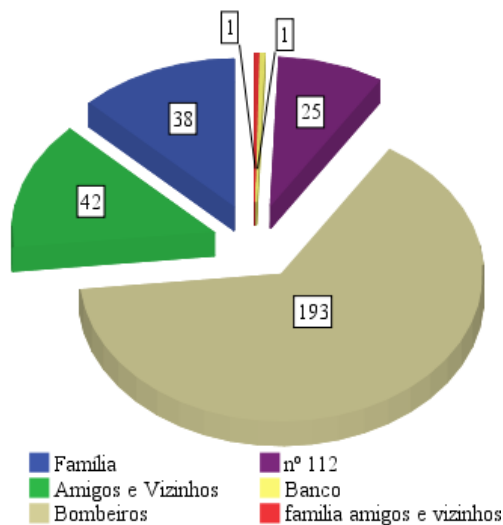
Contudo, não nos podemos esquecer que no passado também houve alturas em que a exposição ao risco era elevada. Pois uma das maiores catástrofes de que há memória ocorreu em 1803, tendo perdido a vida cerca de 1000 indivíduos. Aqui apercebemo-nos de um certo desconhecimento das crises vividas no passado longínquo e de uma certa tendência para tornar catastrófico qualquer acontecimento que provoque vítimas (mesmo que só uma) é notório. Pois e segundo Dauphiné (2001), para ser considerado catástrofe é necessário pelo menos 100 mortos, sendo que inferior a este número estaremos a falar de acidente.

Há ainda a salientar que 1,3% (n=4) dos inquiridos, assume não existirem acontecimentos catastróficos, em contrapartida 51,3% (n=154), assume que não concordam, logo, consideram que esses acontecimentos podem ocorrer.

Alguns inquiridos (30,3% n=91) consideram, que os fenómenos naturais que ocorrem no local onde vivem têm sempre responsáveis, pelo contrário 22,3% (n=67) afirmam não haver responsáveis pelas situações que se verificam (Anexo I - GG). Contudo, quando questionados sobre se concordam ou não, que “não há responsáveis” por essas situações, somente 5,3% (n=16) concorda, contra 45% (n=135) que não concorda. Há ainda quem

atribua “à vontade de Deus” a responsabilidade, 21,7% (n=65). Aqueles a quem os indivíduos mais atribuem as culpas, são às alterações climáticas (48% n=144) e a acção do homem (44,3% n=133).

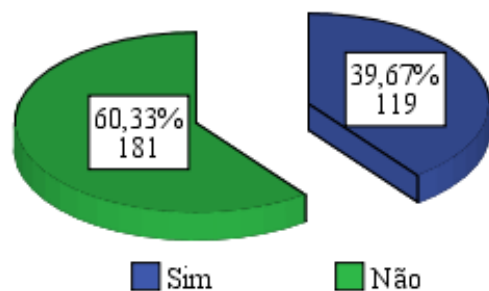
Apesar de um número considerável não atribuir a Deus (33,7% n=101) a responsabilidade nestas situações, é importante, atendendo a que, por vezes, os hábitos de culpabilizar “algo” que não se vê faz com que não se remedeiem as situações e não se apurem responsabilidades, contribuindo para que não se solucione e se esteja atento a pequenos sinais, que possam contribuir para minimizar o acontecimento.



**Gráfico 22** – Total de inquiridos segundo a primeira entidade/instituição ou pessoa a quem solicita ajuda em 1º lugar em caso de emergência.

importante, referir o caso de tantos inquiridos recorrerem aos bombeiros e menos ao n°112. Este último, somente nos últimos anos teve uma maior divulgação na região, mas a população está bastante próxima das entidades do concelho, que conhece.

Quando questionados sobre os movimentos de vertente e as aluviões (cheias rápidas), nos locais de residência, a maioria dos indivíduos, (60,33% n=181), assume que não existe qualquer perigo (gráfico 23).



**Gráfico 23** – Total de Inquiridos que admitem haver ou não movimentos de terrenos ou aluviões no local onde vive.

Os inquiridos assumem também, que aquando de um evento, recorrem em primeiro lugar aos bombeiros, entidade que é referida por 64,33% (n=193). 28,66% dos inquiridos assume que recorre aos amigos (14,33% n=43), ou aos vizinhos (14,33% n=43), em primeiro lugar. Seguidamente, temos a família (13% n=39), o n°112 (8,33% n=25) e finalmente, 0,3% (n=1) dos inquiridos assume que recorre ao banco (gráfico 22).

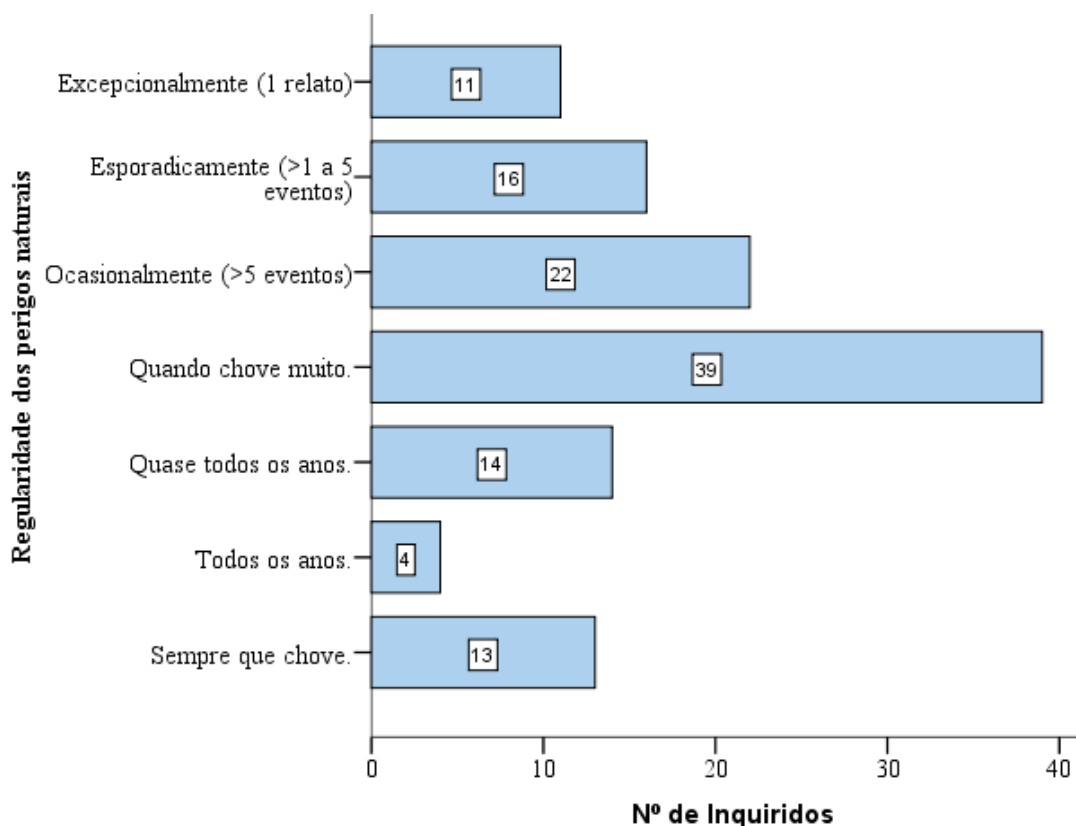
Sem dúvida que os indivíduos que recorrem directamente às entidades de socorro são menos vulneráveis, pois sabem, exactamente a quem recorrer em caso de uma situação anómala. É igualmente

importante, referir o caso de tantos inquiridos recorrerem aos bombeiros e menos ao n°112. Este último, somente nos últimos anos teve uma maior divulgação na região, mas a população está bastante próxima das entidades do concelho, que conhece.

Quando questionados sobre os movimentos de vertente e as aluviões (cheias rápidas), nos locais de residência, a maioria dos indivíduos, (60,33% n=181), assume que não existe qualquer perigo (gráfico 23).

Os restantes 39,67% (n=119) que assumem existir movimentos de vertente e aluviões (cheia rápidas), referem maioritariamente (4,3% n=13) que ocorrem sempre que chove. Segundo estes indivíduos, estes acontecimentos manifestam-se aquando de quantitativos de precipitação elevados. Outros há, que referem que estes ocorrem

esporadicamente, sendo que se registaram entre 1 e 5 eventos (5,3% n=16), ocasionalmente com mais de 5 eventos (7,3% n=22). 3,7% (n=11), referem que só excepcionalmente se verificam ou verificaram (gráfico 24).



**Gráfico 24** – Regularidade com que ocorrem crises naturais, nos locais identificados pelos inquiridos.

Claro que, no despoletar destes eventos, são vários os aspectos a ter em conta, além dos elevados quantitativos de precipitação, há a ter em conta segundo os inquiridos (Anexo I - KK), a falta de limpeza das linhas de água, à qual os inquiridos mais atribuem responsabilidades: 31,3% (n=94). Seguem-se as escavações para casas e estradas, com 27% (n=81), dos inquiridos a responsabilizá-las. Os aterros também reúnem um número considerável de inquiridos: 25,7% (n=77). A desmatação dos terrenos, os incêndios e as construções das estradas são também referidas por 22% (n=66), 20,7% (n=61), 21,7% (n=65) indivíduos, respectivamente.

O abandono da Agricultura (16,3% n=49) e a falta de fiscalização das obras (18% n=54), são também referidos pelos inquiridos, que atribuem a estes factores responsabilidades no despoletar de acontecimentos catastróficos.

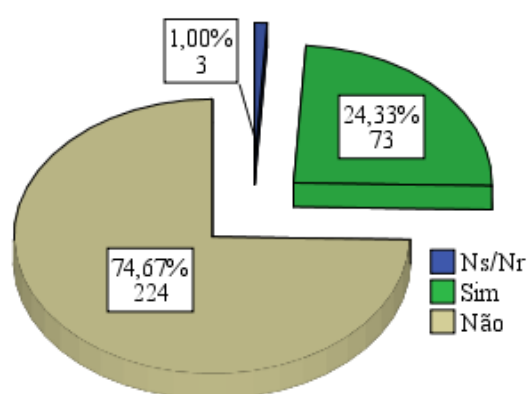
Como já se fez menção, e se fará no capítulo seguinte, estes aspectos são determinantes no despoletar das crises. Denota-se, um relativo conhecimento dos aspectos que condicionam ou fomentam a manifestação dos riscos.



Dos prejuízos que estes indivíduos mais sentem ou têm a noção de serem os que mais ocorrem (Anexo I - LL), são a destruição de campos agrícolas (19,3% n=58) e a queda de muros (18,7% n=56) que reúnem mais respostas. A estes, seguem-se a destruição de canalizações e redes de abastecimento (12,3% n=37), a destruição de estradas (11% n=33), fendas nas casas (10,3% n=31), e a destruição de casas (9,7% n=29), os prejuízos mais referidos.

Merecem ainda menção os desalojados (1,3%), os feridos (3,3%) e os mortos (9,3%), que foram referidos e que são importantes, deixando sequelas graves nas sociedades onde ocorrem.

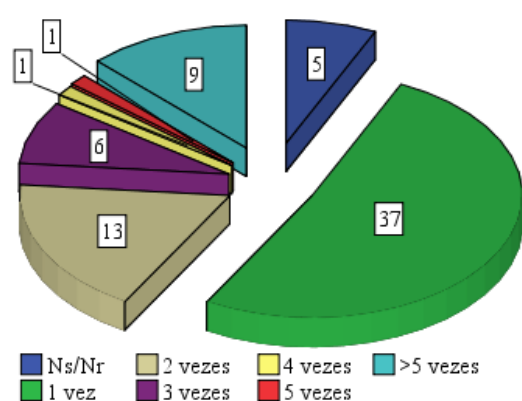
São ainda referidos por estes (Anexo I - MM), os cortes de estradas (25,3% n=76), a



**Gráfico 25** – Total de inquiridos que já foram ou não afectados por algum desastre natural.

interrupção no fornecimento de serviços (51% n=17), atrasos no trânsito (16% n=48), atendendo a que, são prejuízos que causam dano na vida quotidiana de cada indivíduo.

Dos indivíduos inquiridos, somente 24,3% (n=73), assumem que foram afectados em algum momento por um desastre natural. Os restantes 74,7% (n=224), afirmam que nunca foram afectados por um desastre natural, sendo que 1% (n=3) indivíduos, não sabem ou não responderam (gráfico 25).



**Gráfico 26** – Total de inquiridos segundo o número de vezes que foram afectados por algum desastre natural.

Dos inquiridos que já alguma vez foram afectados, 37 afirmam terem sido afectados uma única vez, 4,3% (n=13) indivíduos, dizem terem sido afectados 2 vezes, 2% (n=6) inquiridos afirmam terem sido afectados 3 vezes, e 0,3% (n=1) foram afectados 4 e outro 5 vezes, 3% (n=9) assumem que já foram afectados mais de 5 vezes, finalmente 1,7% (n=5) afirmam não saber ou preferiram não responder (gráfico 26).

Estes indivíduos foram na sua maioria afectados por cheias/inundações, derrocadas e deslizamentos, 6,3% (n=19), 4% (n=12), 3,3% (n=10), respectivamente (Anexo I - PP).

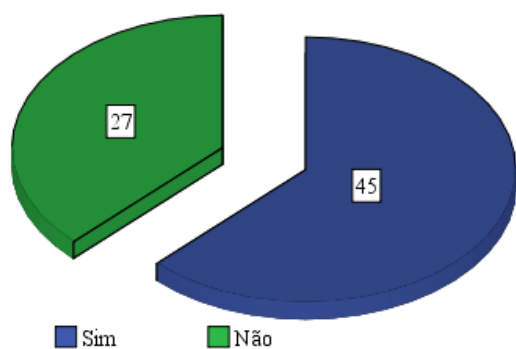


Seguidamente, temos a queda de pedras (3% n=9), os incêndios e o muito vento (2,7% n=8, cada), a este seguiram-se as chuvas torrenciais (2% n=6), a seca e o mau tempo (0,7% n=2 cada), as cheias na ribeira Brava e as marés vivas (0,3% n=1 cada).

Dos 24% dos indivíduos que foram afectados pessoalmente por algum evento, 7,7% (n=23) dos inquiridos não sabe ou não responde; quando questionados sobre a data em que foram afectados pelo acontecimento referido (Anexo I - QQ). 7,3% (n=22) destes assumem que não recordam quando foram afectados.

Com 1,3% (n=4), temos indivíduos que referem terem sido afectados em vários anos nos meses de inverno, igual percentagem de indivíduos refere que foi afectado há mais de 14 anos. Alguns inquiridos (1,7% n=5) refere que foram afectados no mês de Outubro de 1993, data que como veremos no capítulo seguinte, coincide com uma importante aluvião que se

registou na ilha da Madeira e que provocou muitos danos e perdas de vida humanas.

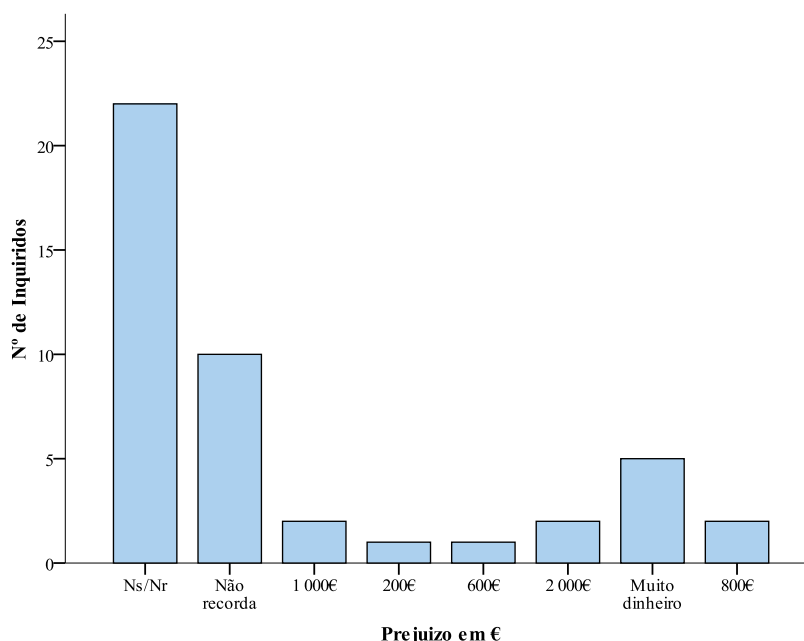


Do total de indivíduos que foram afectados por algum acontecimento, alguns (15% n=45) assumem que tiveram algum prejuízo material ou perdas humanas; felizmente, 9% (n=27) afirmam que, apesar de terem sido afectados, não sofreram

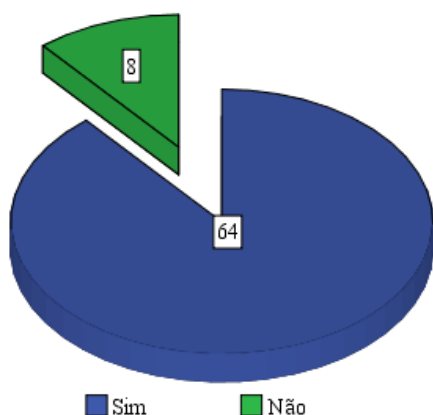
**Gráfico 27** – Total de inquiridos que tiveram ou não algum prejuízo material ou perdas humanas.

Os prejuízos que mais afectaram os inquiridos foram a destruição de culturas (6,7% n=20), destruição do recheio de casa (3% n=9), perda de animais e de automóveis (2,7% n=8 cada), na estrutura da habitação (1,3% n=4), electrodomésticos (1,3% n=4), produtos e equipamentos agrícolas (1,3% n=4). Há ainda 0,3% (n=1 inquiridos) que refere ter perdido todo o recheio do seu estabelecimento, igual percentagem diz ter-lhe ardido o pinhal. Finalmente, 1% (n=3 indivíduos) admite ter tido perdas humanas, (1% n=3 - mortos e 1% n=3 - feridos).

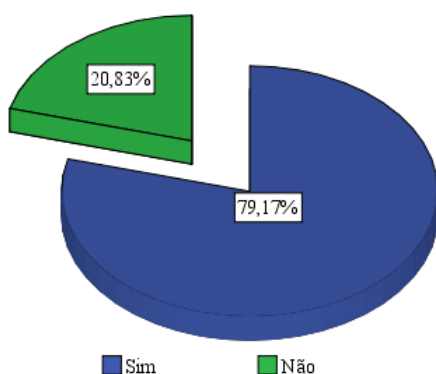
No que concerne quantitativamente aos prejuízos, dos 15% (n=45) dos inquiridos que sofreram algum prejuízo, 7,3% (n=22) não sabe ou não quis responder e 3,3% (n=10) não recorda de quanto foi o prejuízo. 1,7% (n=5) dos inquiridos assume que teve prejuízos que não consegue quantificar, mas que foi muito dinheiro. Valores de 1000 euros, 2000 euros, 800 euros são indicados por 0,7% (n=2) dos inquiridos, cada. 600 euros e 200 euros são os valores dos prejuízos de 0,3% (n=1) dos inquiridos, para cada um dos valores (gráfico 28).



**Gráfico 28** – Total de inquiridos afectados por um desastre natural segundo o prejuízo em euros.



**Gráfico 29** – Total de inquiridos que foram surpreendidos ou não pelo desastre natural.

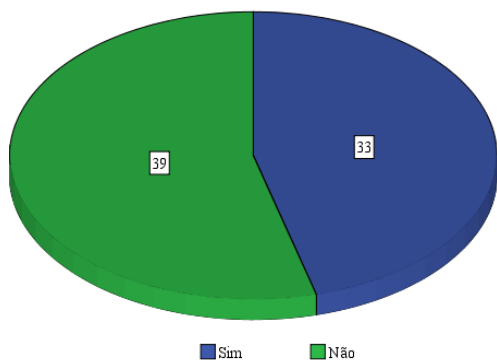


**Gráfico 30** – Conhecimento da causa do desastre natural

Certo é que, sempre que se verificam acontecimentos, como os referidos anteriormente, no Concelho da Ribeira Brava, os prejuízos são uma realidade, sendo que estes, muitas vezes, não se ficam por prejuízos materiais, chegando, infelizmente, em alguns casos, a verificar-se perdas de vidas.

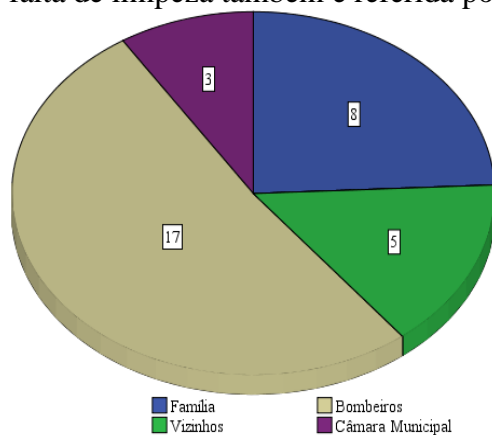
Do total de indivíduos que admitem terem sido afectados de algum modo por um evento natural (24% n=72), 21,3% (n=64) referem que foram apanhados de surpresa e 2,7% (n=8) não foram apanhados de surpresa (gráfico 29).

A maioria destes terá sido alertada (Anexo I - VV) pelos vizinhos (2,7% n=8), pelos bombeiros (1,7% n=5), por familiares ou por amigos. Às vezes, foi o próprio que se apercebeu do perigo com 0,7% (n=2) cada. De referir que 0,7% (n=2) apesar de terem sido alertados, não sabem porquê ou não quiseram responder.

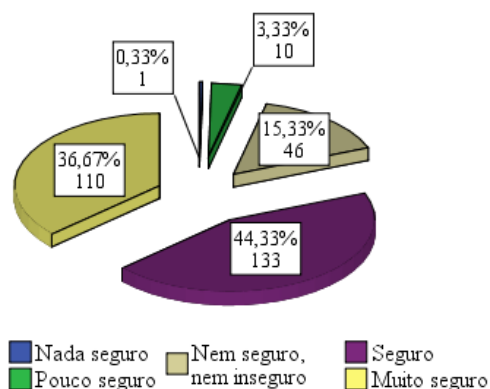


**Gráfico 31** – Total de inquiridos segundo o facto de ter ou não solicitado algum tipo de ajuda

falta de limpeza também é referida por 3% (n=9).



**Gráfico 32** – Total de indivíduos segundo a entidade ou pessoa(s) a quem solicitou ajuda em primeiro lugar nas situações de emergência, referente aos casos anteriores.



**Gráfico 33** – Total de indivíduos segundo o grau de segurança que sente relativamente à localização em que a sua residência se situa.

A maior parte dos inquiridos que referiram já terem sido vítimas de um ou mais desastre natural, 19% (n=57) afirma conhecer o que provocou o desastre natural que o afectou, enquanto que 5% (n=15) afirma não ter tido conhecimento (gráfico 30).

As causas conhecidas e identificadas por estes são várias (Anexo I - XX), se bem que a mais referida é a “Muita Chuva” 11,3% (n=34) que como sabemos é a potenciadora de fenómenos mais ou menos desastrosos, para a população no nosso concelho. A

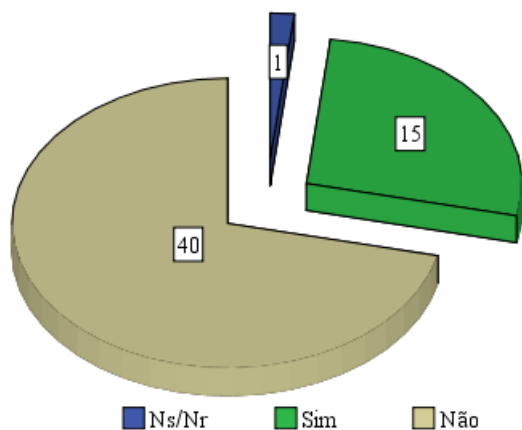
Embora não se tenha aprofundado este tema no trabalho, muitos são aqueles que referem os incêndios, e por sua vez como causa indicam a “mão daninha do homem” que pegou simplesmente lume (2,7% n=8). Há quem atribua a causa a uma simples fatalidade (1% n=3), à organização no escoamento de água (1% n=3) e ao muito vento forte (1% n=3). São ainda referidos os desaterros ilegais, as levadas entupidas, as construções, o mau tempo e a falta de sinal de queda de pedras (0,7% n=2 cada). Finalmente, a água de rega é ainda referida por 0,3% (n=1). Consta-se que a população afectada, tem noção do que fomenta estes acontecimentos.

Perante esta situação alguns dos lesados por estes desastres naturais 11% (n=33) solicitaram ajuda, junto de algumas entidades, por forma a, fazerem frente aos estragos causados. Outros, apesar dos estragos que foram alvo, não solicitaram: 13% (n=39) (gráfico 31).

A população, na sua maioria e numa situação de emergência, recorre, quando quer pedir ajuda, maioritariamente aos Bombeiros (5,7% n=17), seguidamente à família (2,7% n=8). Outros recorrem

aos vizinhos: 1,7% (n=5) e houve quem solicitasse ajuda à Câmara Municipal: 1% (n=3) (gráfico 33).

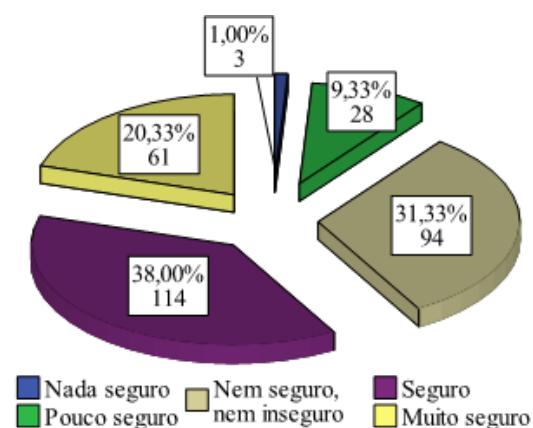
Neste contexto, é a população idosa aquela que mais recorre à família e aos vizinhos, nomeadamente aquelas pessoas que vivem sozinhas e que os vizinhos acabam por ser a “sua família”. Já os Bombeiros são muito requisitados pelos mais jovens.



**Gráfico 34** – Total de inquiridos que sentem alguma insegurança quanto ao local onde habitam e se já pensaram em mudar de residência por esse motivo.

A maioria dos inquiridos considera o seu local de residência seguro (44,3% n=133) ou muito seguro (36,7% n=110), sendo que somente 15,3% (n=46) referem que não se sentem nem seguros, nem inseguros e 3,3% (n=10) pouco seguros (gráfico 33). Dos que se sentem inseguros, ou nem seguros, nem inseguros, 5% (n=15) afirma ter pensado em mudar de residência, para um lugar mais seguro (gráfico 34).

A maioria dos inquiridos considera que trabalha num local seguro (38% n=114), apesar de 31,3% (n=94) afirmar que trabalha num local nem seguro, nem inseguro; seguidamente, 20,3% (n=61), considera que trabalha num sítio muito seguro. Somente 9,3% (n=28), considera o local de trabalho pouco seguro e 1% (n=3) nada seguro (gráfico 35).



**Gráfico 35** – Total de inquiridos segundo o grau de segurança que sentem no local de trabalho.

As entidades/instituições de socorro reúnem a confiança da maioria dos inquiridos, sendo a Câmara Municipal aquela na qual os inquiridos menos confiam (Anexo I - DDD).

Analizando o nível de confiança por entidades, temos, no que concerne aos bombeiros, um elevado grau de confiança. Pois 37,3% (n=112) confia muito, 44% (n=132) confia e 15,3% (n=46) nem confia, nem desconfia. Somente 2,3% (n=7) e 1% (n=3) confiam pouco ou nada, respectivamente.

No respeitante à EMIR (Equipa Médica de Intervenção Rápida), a população também revela um nível razoável de confiança, atendendo a que 28% (n=84) confia muito, 43% (n=129) confia e 22% (n=66) nem confia, nem desconfia. 3,7% (n=11) confia pouco e 0,3% (n1) não confia. 3% (n=9) não sabe ou não quis pronunciar-se, sobre o seu nível de confiança.

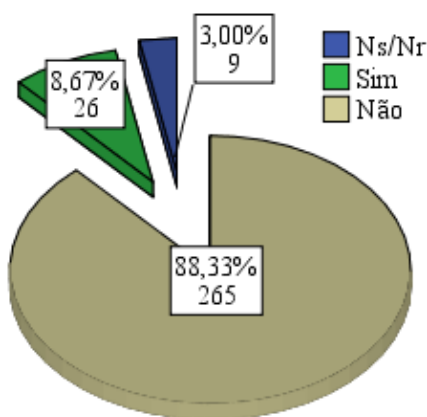
A Protecção Civil também reúne alguma confiança, sendo que nesta o número de respostas não sabe e não responde é superior aos anteriores: 7% (n=21). 17% (n=51) afirma confiar muito, 35,3% (106) confia, 29,3% (n=88) nem confia, nem desconfia. Nesta instituição verificamos que o nível de desconfiança aumenta, sendo que 9% (n=27) confia pouco e 2,3% (n=7) não confia.

Esta tendência mantém-se, igualmente, no que concerne ao nível de confiança no Hospital, sendo que 25,7% (n=77) confia muito, 46% (138) confia, 21% (n=63) nem confia, nem desconfia. Que confiam pouco ou nada temos 5% (n=15) e 1,3% (n=4), respectivamente. Não se pronunciou 1% (n=3) dos inquiridos.

Como já referido anteriormente, a Câmara Municipal é a entidade na qual os inquiridos menos confiam, sendo que somente 13% (n=39) afirma que confia muito, 14,3% (n=43) confia, 33% (n=99) nem confia, nem desconfia, 24,3% (n=73) confia pouco e 14,7% (n=44) não confia. Somente 0,7 (n=2) dos inquiridos não se pronunciou nesta questão, por não saber ou não querer responder.

No que diz respeito ao número de emergência 112, 23,7% (n=71) dos inquiridos confia muito, 38,3% (n=115) confia, 27,7% (n=83) nem confia, nem desconfia, 7% (n=21) confia pouco, somente 0,7% (n=2) não confia, 2,7% (n=8) não sabe ou não responde.

Dois dos inquiridos, pronunciaram-se sobre a PSP, sendo que 1,3% (n=4) admite que

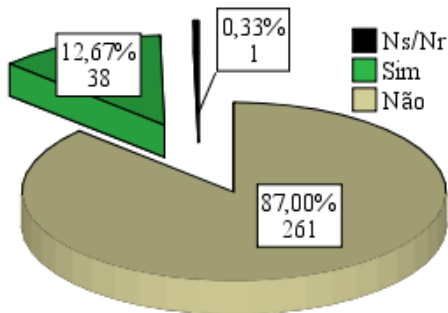


**Gráfico 36** – Total de inquiridos que têm ou não conhecimento da existência de algum plano de emergência no concelho para fazer face a cheias/inundações, movimentos de vertente, ou outros.

confia muito, 0,3% (n=1) confia e 0,7% (n=2) nem confia, nem desconfia. Sendo que 0,3% (n=1) confia pouco. Claro que 98,7% (n=296) não se pronunciou quanto ao seu nível de confiança na PSP.

A maioria dos indivíduos inquiridos desconhece a existência de um plano de emergência no concelho para fazer face a situações de emergência. Facto este que resulta essencialmente da ausência de debate destas matérias, com a população residente no concelho e da não divulgação deste plano.

Somente 8,67% (n=26) dos indivíduos assume ter conhecimento deste plano, isto devido a estes inquiridos fazerem parte das entidades/instituições de emergência do concelho, particularmente por desempenharem a profissão de Bombeiro. Os restantes inquiridos, 3% (n=9), não sabem ou não responderam, e os restantes 88,3% (n=265) assumem que nunca ouviram falar do plano de emergência (gráfico 36).



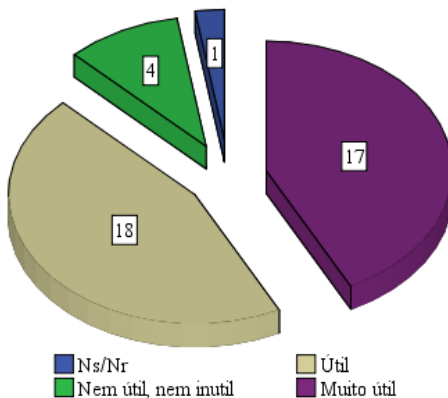
**Gráfico 37** – Total de inquiridos que já participaram ou não em exercícios de evacuação.

O não conhecimento deste plano pode consequenciar situações descontroladas no momento de actuar perante a manifestação de um acontecimento, que possa afectar o concelho, sua população e bens.

Conhecer o plano de emergência pode ser uma das melhores ferramentas para enfrentar e actuar perante alguns cenários severos e imprevisíveis.

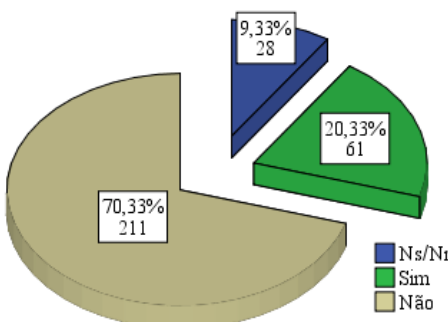
Dos indivíduos inquiridos 87% (n=87) afirmam nunca terem participado em exercícios de evacuação, somente 12,7% (n=38) afirmam já terem participado em alguns exercícios, novamente, existindo uma relação entre as pessoas que responderam que já participaram e a profissão que desempenham, e mais uma vez a profissão é a de Bombeiro, onde o recurso a exercícios de evacuação é imprescindível para o treino (gráfico 37).

De entre os exercícios de evacuação realizados



**Gráfico 38** – Total de Inquiridos Segundo o Grau de Utilidade Atribuído à Utilidade de Exercícios para fazer face a reais situações de emergência.

pelos inquiridos destaca-se claramente com 9% (n=27) a simulação de evacuações em caso de incêndios; seguidamente e com uma percentagem bastante mais baixa, 1,3% (n=4), temos, as práticas de bombeiros, com 1% (n=3) o simulacro de acidente em aeroporto. Com 0,7% (n=2), temos uma simulação dentro do túnel Ribeira Brava – Campanário. Finalmente, com 0,3% (n=1) cada, temos exercícios de acidente envolvendo multi-vítimas, exercícios de encarceramento, plano de emergência (Anexo I - GGG).



**Gráfico 39** – Total de Inquiridos que já obtiveram ou não informações relacionadas com situações de cheias/inundações ou movimentos de vertente, ou outros.

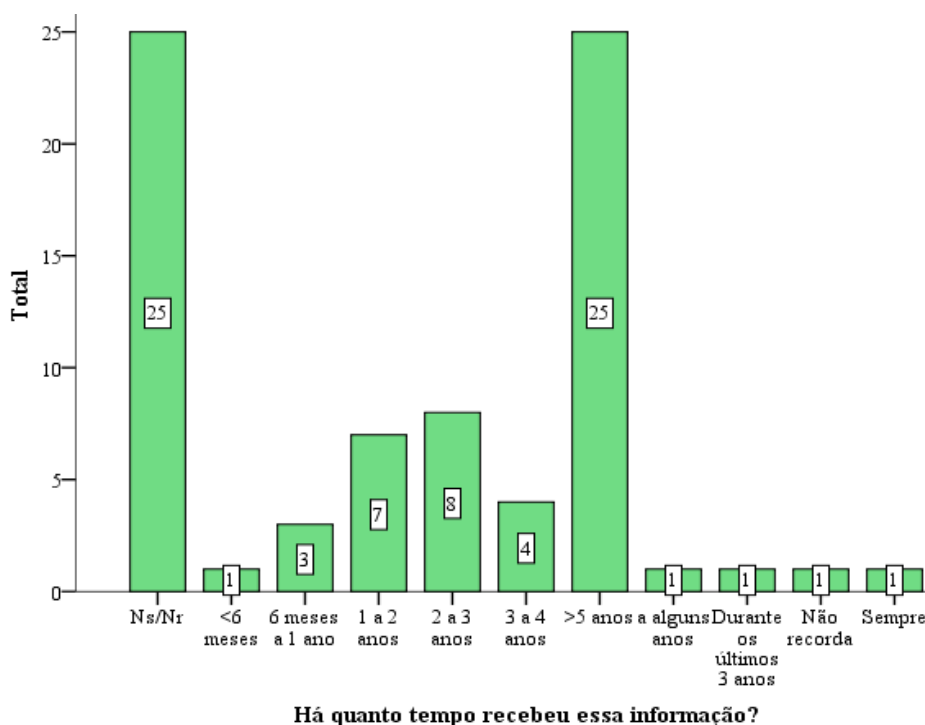
A maioria dos inquiridos considera estes exercícios de evacuação, como úteis e muito úteis (6% n=18 e 5,7% n=17, respectivamente), para actuar em casos reais de emergência. 1,3% (n=4) dos inquiridos considera que os exercícios não são nem úteis, nem inúteis (gráfico 38).

A maioria dos inquiridos, 70,3% (n=211), assume igualmente nunca ter recebido informação relacionadas, com situações de cheias/inundações ou de movimentos de vertente ou outros, enquanto que 20,3% (n=61) (Gráfico 39).

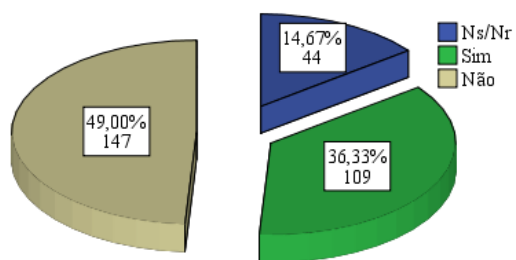


Dos que assumem ter recebido informação sobre situações de cheias/inundações ou de movimentos de vertente ou outros (Anexo I - III), 6,7% (n=20) refere que o tema abordado foi Catástrofes Naturais, 5% (n=15) refere cheias/inundações, 2% (n=6) incêndios, 1,7% (n=5) refere sismos, igual percentagem refere primeiros socorros. Com 1,3% (n=4) cada, temos, casos como derrocadas, queda de avião, formação escolar ou ensino regular e deslizamentos. Com 1% (n=3) aparecem vários temas que fazem parte da formação de bombeiros, riscos naturais, realojamentos. Com 0,7% (n=2) temos acidentes, protecção do ambiente e evacuação. Finalmente e apenas referido por 0,3% (n=1) temos um indivíduo, que recebeu formação sobre vários cenários, na Escola Nacional de Bombeiros. Igual percentagem de indivíduos recebeu formação no âmbito da evacuação do aeroporto devido a acidente de avião e sobre socorrismo. 6% (n=18) dos indivíduos, não sabe ou não quis responder, e 0,3% (n=1) não recorda o tema que frequentou.

Estes indivíduos receberam esta informação maioritariamente há mais de 5 anos (8,3% n=25), 2,7% (n=8) recebeu a informação entre 2 a 3 anos, seguidamente 2,3% (n=7) entre 1 a 2 anos, 1,3 (n=4) entre 3 a 4 anos e 1% (n=3) entre 6 meses a 1 ano. Finalmente e com 0,3% (n=1) cada, temos indivíduos que receberam informação há menos de 6 meses, a alguns anos, durante os últimos 3 anos, sempre. Igual percentagem diz não recordar. Ainda neste contexto, 8,3% (n=25 indivíduos) afirma não saber ou não quis responder (gráfico 40).



**Gráfico 40** – Total de inquiridos que receberam informação sobre situações de cheias/inundações, movimento de vertente, ou outros, segundo o tempo a que receberam formação.



**Gráfico 41** – Total de Inquirido segundo o “desejo” de receber informação no âmbito de actuações em emergência.

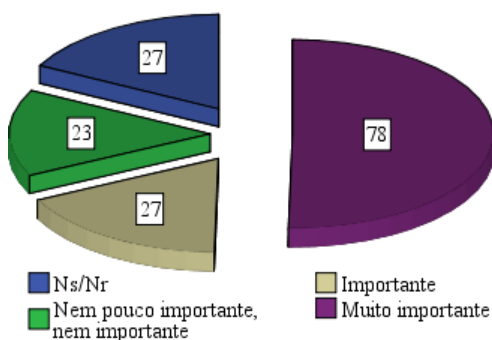
Os inquiridos manifestaram interesse em receber informações, sendo que esta intenção foi manifestada por 36,3% (n=109); no entanto, 49% (n=147) declarou não querer responder. Existe ainda uma quantidade considerável de indivíduos que não sabe se quer receber informação ou não respondeu a esta questão (gráfico 41).

Dos interessados em receber informação, 5,7% (n=17) refere que estaria interessado em qualquer tema, 5% (n=15) diz querer obter mais informação sobre primeiros socorros, igual percentagem pretende frequentar acções sobre evacuações e procedimentos. 4,3% (n=4,3) quer obter informação sobre cheias/inundações. Seguidamente, é a formação sobre incêndios que 3% (n=9) dos inquiridos quer frequentar (Anexo I - MMM). 2,3% (n=7) dos inquiridos estaria interessados em frequentar acções sobre deslizamentos, particularmente com os procedimentos a ter no caso da manifestação destes. 1,3% (n=4) dos inquiridos diz que gostaria de frequentar temas sobre riscos naturais e sobre situações de emergência.

Seguidamente, 1% (n=3) gostaria de frequentar temas relacionados com terremotos e maremotos; igual percentagem diz que frequentaria qualquer tema que seja proposto.

Com menor representatividade mas não menos importantes, temos 0,7% (n=2 indivíduos) que gostaria de obter informação de como poder ajudar a prevenir e a actuar em caso de acidente, evacuação em caso de incêndio, evacuação em caso de cheias/inundações, derrocadas, socorrismo, tsunamis, informação sobre protecção pessoal.

Finalmente, para 0,3% (n=1) temos temas como actuar em incêndios em casa, como actuar em casa com fugas de gás, como actuar perante as catástrofes, protecção civil e planos de estado, segurança em edifícios, qualquer um relacionado com a formação de bombeiros, ciclones, vulcanismo, riscos naturais e tecnológicos, tudo sobre riscos, temas actuais.



**Gráfico 42** - Utilidade de sessões de informação para minimizar/actuar em situações de emergência.

Dos 51,7% (n=255) inquiridos, 26% (n=78) considera que a frequência destas acções é muito importante 9% (n=27) considera que são importantes, finalmente, 7,7% (n=23) considera que nem são pouco importantes, nem importantes. Temos ainda 9% (n=27) que não sabe, ou não quis responder (gráfico 42).



Perante situações de manifestação de risco eminente, 41% (n=123) dos inquiridos abandonava a residência e ia para um lugar seguro com a família (Anexo I - OOO). 0,7% (n=2) também arranjará um local seguro, mas tentaria salvar alguns bens; outros 25,3% (n=76) além de abandonar a casa levaria alguns bens essenciais/de valor e de emergência. Dos que abandonariam a residência, temos ainda aqueles (2,3% n=7) que avisavam os vizinhos e só depois fugiam, e 1,7% (n=5) fugiam mas chamavam os bombeiros. 5,0% (n=15) assume que primeiro, retirava os bens mais valiosos e tentaria obter informações junto das entidades competentes.

Como verificamos, a maioria dos inquiridos perante a previsão de um acontecimento eminente, abandonava a sua residência, apesar de se notar em alguns indivíduos o apego aos bens materiais, atendendo a que saíam mas tentariam trazer tudo o que pudessem. Assistimos também, a uma certa consciência do risco por parte de 25,3% (n=76) dos inquiridos, pois além dos bens de valor, também, recolhiam bens essenciais em situações de emergência. Pois e efectivamente, perante a manifestação de um acontecimento, a ajuda por vezes demora algum tempo a chegar pelos mais variados motivos.

Alguns inquiridos, 4,7% (n=14), afirmam, que informariam a protecção civil e os bombeiros, 3,3% (n=10) esperaria para ver o que sobrevivia, 2,7% assume que sairia da casa mas exigiria ser realojada, 1% (n=3) refere ainda que simplesmente procurava abrigo. 0,7% (n=2 indivíduos) assume que se preveniria para a situação, 7% pedia socorro (n=2), igual percentagem recolhia os bens essenciais e aguardava para que nada acontecesse (7% n=2), dava o seu melhor e ajudava no que fosse possível (7% n=2), avisava a protecção civil e tomava medidas em casa e ia para lugar seguro (7% n=2), chamava à responsabilidade os prevaricadores (7% n=2). Assistimos novamente a uma certa tentativa de proteger os bens, contudo, assistimos também alguns indivíduos (7% n=2) que exigiriam que os prevaricadores solucionassem o problema. Assistimos claramente, à responsabilidade de outrem, no desencadear de acontecimentos que podem consequenciar danos à população.

Somente referidos por 0,3% (n=1) cada, temos indivíduos que informavam as entidades competentes para que tomassem as devidas diligências, que procuravam informação sobre o plano de emergência e executavam-no; que alertavam as entidades oficiais para que

tomassem as precauções devidas; que se mantinham em segurança, ajudavam e orientavam a população; procuravam informações e se necessário saíam de casa; tratavam de consolidar o problema; procuravam outro sítio para viver; há ainda quem procurasse um sítio seguro para ficar a ver; e finalmente há quem afirme que ficaria em pânico e descontrolado.

Assistimos, apesar de corresponder a poucos indivíduos (0,3% n=1) a uma certa forma de agir que resulta do conhecimento que possuem. Alguns dos indivíduos que referiram o plano de emergência, que ajudariam e orientariam a população, são indivíduos que possuem formação na área do socorro, daí o seu conhecimento e a noção de algo que é necessário executar, o plano de emergência e a orientação da população, que em situações de crise fica desorientada.

É curioso que existe também 0,3% (n=1) quem assuma que procuraria um lugar seguro, simplesmente para ficar a ver, pois bem, nem sempre o lugar considerado seguro pela população é efectivamente seguro. Muitas das vezes, esses locais acabam por ser afectados, ou estes indivíduos acabam por dificultar o trabalho das entidades/instituições de socorro.